



OGE
FLS 11

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC n.

UNIDADE: Universidade de São Paulo - USP

SECRETARIA: Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Informação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por I

DECISÃO OGE/LAI n.º 013/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido de acesso dirigido à Universidade de São Paulo - USP, número SIC em epígrafe, para acesso à lista de aprovados e reprovados para a seleção de candidatos a mestrado e doutorado no Instituto de Psicologia.
2. A Universidade ofereceu apenas a listagem dos aprovados, indeferindo o Recurso de 1ª instância, com fundamento no art. 31, caput e §1º, I da Lei n. 12.527/2011, considerando que a divulgação da nota dos reprovados poderia ferir a imagem e honra dos candidatos. Insatisfeito, interpôs o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Importante, preliminarmente, ter clareza quanto ao vínculo jurídico existente entre o estudante e a instituição de ensino. Nesse sentido, quando as informações decorrem do exercício de funções e cargos públicos, é razoável presumir que sua divulgação atenda ao interesse da sociedade, permitindo o controle social sobre o funcionamento da Administração Pública, a exemplo da necessária divulgação dos vencimentos percebidos, prática considerada legítima pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 652777, com repercussão geral reconhecida.
4. Contudo, tal analogia deve ser vista com cautela em relação às Universidades e seus alunos, uma vez que o vínculo jurídico que os une é distinto. O estudante não exerce função que lhe é delegada pela sociedade, como é o caso do agente público, mas apenas tem seu estudo incentivado por meio da gratuidade prevista no artigo 206, inciso IV, da Constituição Federal. Nesse sentido, não parece possível presumir a publicidade das informações referentes ao desempenho acadêmico de estudantes, sendo razoável que, diante da indeterminação conceitual quanto à identificação das informações pessoais, prestigie-se o entendimento específico e fundamentado do ente detentor dos dados no caso concreto.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

5. Cumpre ressaltar que o pedido inaugural não roga de maneira clara pela divulgação das notas, mas refere-se apenas à divulgação de *resultados*, podendo ser compreendido como *resultado* a aprovação ou reprovação do candidato. Dessa forma, o pedido poderia ser atendido garantindo-se o anonimato, ou seja, divulgando-se a lista de reprovados sem notas, ou com notas sem que haja a ligação da nota ao candidato.
6. Com efeito, o artigo 7º, §2º, da Lei, determina que o acesso ao documento parcialmente sigiloso deve ser assegurado por meio de ocultação da parte sob sigilo, prescrição que se amolda às circunstâncias do caso em apreço.
7. Ante o exposto, considerando que o pedido não foi atendido integralmente, **conheço do recurso e dou-lhe parcial provimento**, com fundamento no artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012, alterado pelo Decreto nº 61.175/2015, **recomendando-se** à Universidade de São Paulo, nos termos do § 2º do artigo 20 do aludido Decreto, que adote as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão, permitindo acesso à relação dos candidatos reprovados para a seleção de mestrado e doutorado no Instituto de Psicologia da USP, especificamente do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, sem divulgação das respectivas notas.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 16 de fevereiro de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO